

RETROSPECTIVA

Crise hídrica em Tangará da Serra atravessou quatro meses

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

A partir do dia 4 de agosto deste ano, com a emissão do Decreto nº 286, Tangará da Serra começou a viver momentos que ficarão guardados na memória dos tangaraenses, porém, para a maioria, de forma negativa.

A crise hídrica no município atravessou quatro longos meses e se agravou em outubro, quando quase toda a população ficou sem água nas torneiras. A partir de então, caminhões pipas contratados pelo Samae passaram a abastecer as residências dos tangaraenses, em sistema de rodízio.

Essa forma de abastecimento, com caminhões pipas nos bairros, perdurou por mais de 15 dias para grande parte da população. Outras localidades voltaram a receber água diretamente nas torneiras dias depois, a partir da ajuda da Superintendência de Proteção e Defesa Civil que coordenou ações emergenciais de captação de água com caminhões pipas inicialmente em 16 diferentes pontos de Tangará da Serra e posteriormente no Rio Sepotuba.

“Infelizmente tivemos uma crise hídrica que não há registro históricos de tal monta. Talvez ela até possa ter existido nesta



A crise hídrica no município atravessou quatro longos meses e se agravou em outubro

mesma dimensão, mais sem as consequências que sentimos, pois a população de Tangará era menor”, lamentou o gestor Fábio Martins Junqueira (PMDB), ao relembrar que as últimas chuvas boas foram em abril deste ano e depois somente em 20 de outubro. “No dia em que decretamos o Estado de Emergência e que chegaram os caminhões da Defesa Civil, exatamente neste dia, tivemos uma chuva boa, mas ainda a estiagem continuou pelo resto de outubro, por novembro e viemos a ter realmente boas chu-

vas no começo de dezembro. A partir dali que dispensamos, inclusive, os caminhões da Defesa Civil e cessamos os contratos dos caminhões que o Samae havia contratado”.

Ao todo foram 22 caminhões contratados pela Defesa Civil Estadual, 16 caminhões pelo Samae e dois cedidos pelo Exército Brasileiro que contribuíram para amenizar o sofrimento dos tangaraenses. “Hoje nenhum está em Tangará (...) Hoje estamos com a represa do Samae, que existe desde 1978 cheia e com a represa nova construída

pelo Município já quase cheia”.

Antes porém da crise se agravar, Junqueira afirmou que o município tomou uma série de medidas. “Nesse ano tivemos que usar todas as reservas do Queima Pé e seus afluentes como Uberaba, Figueira, Cristalino (...) utilizamos até uma reserva de água não proveniente do Rio Queima Pé, na cratera onde a Pedreira [Tangará] tem reserva”.

Além da água desses reservatórios, o Município ainda usou a água do Córrego Russo, transposto por meio

do Uberaba. Esse trabalho foi realizado ainda em agosto, através da intervenção do empresário Alfredo Acacio Nuernberg com empréstimos de cano do Grupo Barralcool. “Passamos a transpor água com motobomba da cabeceira do Russo para a Cabeceira do Uberana, que é afluente do Queima Pé (...) Então tivemos uma ampliação de oferta de água e ainda assim tivemos uma crise hídrica muito forte por conta da estiagem. Uma estiagem muito forte, sem tamanho”.

RETROSPECTIVA

Tangará enfrentou a maior crise hídrica da sua história

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

O município de Tangará da Serra enfrentou neste ano a maior crise hídrica da sua história. Para a Defesa Civil, guardada às devidas proporções, a situação é comparada à vivida pelo município de São Paulo em 2014 e 2015, quando o Sistema Cantareira, reservatório responsável pelo abastecimento de água de cerca de 8,8 milhões de pessoas, quase entrou em colapso devido à estiagem.

Para o prefeito Fábio Martins Junqueira, bem mais que a crise hídrica vivida neste ano, a questão da água em Tangará da Serra vem complexa de muitos anos. “Em 1997 foi inaugurada a Estação de Tratamento de Água, construída em alvenaria, numa parceria Município e Sanemat [Companhia de Saneamento do Estado

de Mato Grosso] a época (...) Em 99 a Sanemat antecipou a devolução do sistema de água ao Município, pois a concessão do município para a Sanemat era até 2008. Então eles devolveram com cerca de 10 anos de antecedência a concessão e, inclusive, devolveram com encargos, o que é injusto”, historiou Junqueira, ao destacar que esses encargos, que serão questionados junto ao Governo do Estado, também foram entraves para melhorias no sistema. “(...) quem pagou pela área da ETA foi o município, quem construiu a ETA foi a Sanemat, mas com recursos que passaram pelo município. Então houve participação do município (...) e desde 99 o município paga indiretamente para a Sanemat, através do abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo de todos os próprios estaduais”.

Esse valor, que o município deixa de arrecadar anualmente, gira em torno de R\$ 1 milhão. “Valor considerável, ainda mais se pegarmos 18 anos”, afirma Junqueira, ao esclarecer que se trata de uma cobrança equivocada. “Estamos pagando hoje por algo que inviabiliza o funcionamento do Samae. O Samae então não recebia as contas de fornecimento de água dos próprios estaduais, não recebia dos próprios municipais e passou a receber dos municípios a partir da minha gestão, e além disso funcionou nos últimos anos sem nem mesmo a correção inflacionária das tarifas (...) Houve um congelamento de tarifa por sete anos para uma autarquia que para além de se manter, teria que investir. Houve uma conduta equivocada que limitou a tomada de medidas”.



Município enfrentou neste ano a maior crise hídrica da sua história